

## **METAS AMBIENTALISTAS VS CONSIDERAÇÃO MORAL DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: o que pensam ambientalistas quanto ao uso de tecnologias para intervir na natureza?**

**ENVIRONMENTALIST GOALS VS MORAL CONSIDERATION OF NON-HUMAN ANIMALS: what do environmentalists think about the use of technology to intervene in nature?**

Arthur Ghiraldini Genovez<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar a objeção ao uso de tecnologia em propostas para reduzir/prevenir o sofrimento de animais selvagens por preocupação com o bem dos próprios indivíduos afetados. A hipótese levantada é que essa objeção carece de consistência, uma vez que intervenções tecnológicas em outros contextos são amplamente aceitas. A metodologia utilizada consiste em revisão bibliográfica e análise comparativa de intervenções tecnológicas. As principais conclusões apontam para uma disparidade entre o uso de tecnologia em intervenções para promover interesses humanos e/ou metas ambientalistas e sua rejeição quando a meta é o bem-estar dos próprios animais, visando a redução/prevenção de seu sofrimento. Com base no que é argumentado neste trabalho, a objeção não está relacionada à tecnologia em si, mas às metas específicas pretendidas.

**Palavras-chave:** sentiência, especismo, danos naturais, sofrimento dos animais selvagens, intervenção na natureza

**Abstract:** : *This article aims to analyze the objection to the use of technology in proposals to reduce/prevent the suffering of wild animals out of concern for the well-being of the affected individuals themselves. The hypothesis raised is that this objection lacks consistency, as technological interventions in other contexts are widely accepted. The methodology used consists of a literature review and comparative analysis of technological interventions. The main conclusions indicate a disparity between the use of technology in interventions to promote human interests and/or environmental goals and its rejection when the goal is the well-being of the animals themselves, aiming at the reduction/prevention of their suffering. Based on the arguments presented in this work, the objection is not related to the technology itself, but to the specific intended goals.*

**Keywords:** *sentience, speciesism, natural harms, wild animal suffering, intervention in nature*

---

<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0001-9504-0838>.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo responder a algumas das objeções, frequentemente apontadas por ambientalistas, em relação às propostas que tenham como meta a preocupação em garantir o bem-estar dos animais na natureza. Também será examinada a maneira como os interesses dos animais é utilizado como estratégia retórica para alcançar metas ambientalistas.

Não serão apresentadas alternativas que possam ser implementadas no lugar das intervenções ambientalistas citadas ao longo do texto. Estas intervenções são mencionadas com o intuito de destacar a posição que está sendo defendida em relação ao bem-estar dos animais selvagens. O termo ambientalismo será utilizado para se referir a qualquer uma das diferentes vertentes que defendem que o centro da preocupação moral deveriam ser entidades não sencientes.

Na primeira seção, serão respondidas as objeções em relação ao uso de tecnologia e controle sobre a natureza. Também serão analisadas algumas disparidades em relação ao que é defendido por ambientalistas e o que já está sendo aceito na prática para alcançar as metas que defendem.

Na segunda seção, será examinada a maneira como o sofrimento dos animais é explorado para defender intervenções que não tenham como preocupação o seu próprio bem-estar. Em seguida, será comentado um caso em que ambientalistas defendem abertamente o sofrimento vivido por animais na natureza.

Na terceira seção, será examinado se as metas ambientalistas coincidem com o que é melhor para a maioria dos animais. Também serão respondidas objeções centradas na preocupação em atingir as melhores consequências e em garantir a liberdade dos animais selvagens.

Na seção final, serão feitas algumas considerações em relação ao que foi abordado no texto.

## **O uso de tecnologia como objeção às propostas que tenham como meta garantir o bem dos animais selvagens**

Frequentemente, a proposta de ajudar animais selvagens vítimas de danos naturais por preocupação com o bem dos próprios indivíduos afetados é questionada por depender do uso de tecnologia, ou por ser considerada uma forma de controle sobre a natureza. Algumas pessoas que mantêm este posicionamento defendem que ajudar animais selvagens vítimas de processos naturais como desnutrição, sede (ÉTICA ANIMAL, 2015a) doenças, parasitismo (ÉTICA ANIMAL, 2016), acidentes (ÉTICA ANIMAL, 2016b), temperaturas extremas (ÉTICA ANIMAL, 2015) e conflitos

intra (ÉTICA ANIMAL, 2020) e interespecíficos (ÉTICA ANIMAL, 2016a) seria absurdo por requerer um investimento muito alto em tecnologia, ou que seria inviável porque ainda não dispomos dos meios pelos quais poderíamos ajudar esses animais de uma maneira eficiente.

Outros se opõem à ajudá-los simplesmente porque fazê-lo envolveria o uso de tecnologia, ainda que a intervenção fosse viável e dela decorressem as melhores consequências. Normalmente, também é argumentado que, mesmo que tivéssemos os recursos, utilizá-los para intervir na natureza por preocupação com o bem dos próprios animais seria uma atitude arrogante, e que humanos estariam “brincando de deus” ao escolherem o destino dos animais beneficiados pelas intervenções. Entretanto, os que defendem esta posição não parecem considerar absurda toda e qualquer intervenção na natureza que dependa de recursos tecnológicos ou que exerça controle sobre os processos naturais. Intervenções nos processos e no território natural motivadas por interesses antropocêntricos (por exemplo, ajudar humanos vítimas de desastres naturais, doenças, acidentes etc.), assim como intervenções que são orientadas por metas ambientalistas (por exemplo, preservar ecossistemas, habitats e espécies), já são amplamente aceitas pela grande maioria das pessoas e, no entanto, utilizam-se dos mesmos meios que são alvo de objeções quando adotados por intervenções que visam ajudar animais vítimas de danos naturais.

Existe uma disparidade no que é defendido em relação ao uso de tecnologia para intervir na natureza que pode ser observada em diversos posicionamentos ambientalistas. Frequentemente, há oposição em relação ao uso de tecnologia para controlar os desdobramentos de processos naturais prejudiciais aos interesses dos animais selvagens e, no entanto, são defendidas soluções tecnológicas para alcançar metas que ambientalistas consideram ser importantes como, por exemplo, preservar ecossistemas e espécies. Muitos ambientalistas julgam ser, inclusive, indispensáveis os avanços tecnológicos para que se consiga frear processos que ameaçam entidades naturais valorizadas no ambientalismo, como os processos que são responsáveis pela perda de biodiversidade (PIMM et al., 2015). Frente ao atual cenário de mudanças climáticas, é de se esperar que nas próximas décadas cada vez mais soluções tecnológicas sejam desenvolvidas e adotadas por ambientalistas para alcançar seus objetivos e, conseqüentemente, que humanos tenham cada vez mais controle sobre o mundo natural (ADAMS, 2019). Sendo assim, o argumento que defende que intervenções visando ajudar animais selvagens vítimas de danos naturais devem ser rejeitadas por dependerem do uso de tecnologia, alegando que não devemos utilizar a tecnologia para manipular a natureza, não parece ser aceito na prática pelos próprios ambientalistas. O uso de tecnologias em geral parece ser uma tendência que é bem recebida entre ambientalistas, desde que seja utilizada para atingir as metas que buscam, que é diferente de uma preocupação com o bem dos próprios animais.

Por exemplo, o governo da Nova Zelândia decidiu investir 790 mil dólares neozelandeses (algo em torno de 2,7 milhões de reais) no desenvolvimento de um novo drone que será utilizado para envenenar animais considerados exóticos invasores<sup>2</sup>. Este projeto intitulado *Predator Free 2050*, como o próprio nome sugere, tem como meta exterminar todos os predadores exóticos invasores, tais como gambás (*Trichosurus vulpecula*), arminhos (*Mustela erminea*) e algumas espécies de ratos (*Rattus rattus*, *Rattus norvegicus* e *Rattus exulans*), presentes no território neozelandês, até o ano de 2050. Em um pronunciamento sobre essa decisão, a ex-ministra do meio ambiente da Nova Zelândia, Eugenie Sage, defende que: “Restaurar a natureza para que as espécies nativas possam crescer e prosperar depende do desenvolvimento de novas ferramentas e tecnologias (...). Drones têm o potencial de serem decisivos para que isso aconteça”<sup>3</sup>.

Ao comentar sobre a iniciativa por parte do governo de usar drones para exterminar animais exóticos que ameaçam metas ambientalistas, o coordenador do programa *Predator Free 2050*, Brent Beaven, expressa seu otimismo em relação à possibilidade de usar novas tecnologias que ainda estão em fase de desenvolvimento: "meu sonho é que um dia nós teremos dispositivos com inteligência artificial que irão detectar a presença de uma praga<sup>4</sup> em algum lugar e automaticamente enviar uma mensagem para que um drone possa ser enviado - Não seria Fantástico?”<sup>5</sup>

Mesmo se desconsiderarmos que o controle já é aceito pela grande maioria das pessoas quando este beneficia interesses antropocêntricos ou ambientalistas, o argumento que defende que humanos não devem controlar a natureza tem o seguinte problema adicional: não menciona que também estamos a controlar o destino dos animais quando podemos intervir para ajudá-los em um momento de dificuldade e optamos por deixá-los à própria sorte (CUNHA, 2018, p. 90).

Ainda assim, um defensor de que não devemos ajudar os animais vítimas de danos naturais poderia argumentar que sua oposição não se dá pelo fato de haver controle sobre a natureza, mas porque envolveria o uso de tecnologia, ou porque acredita que não devemos fazer o que não é natural.

---

<sup>2</sup> Animais e outros organismos vivos introduzidos fora da sua área de distribuição natural e que colocam em risco a biodiversidade. Ver: CONABIO, Resolução n°7, de 29 de maio de 2018, Comissão Nacional de Biodiversidade; Dispõe sobre Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras. Publicado no Diário Oficial da União em 13/06/2018.

<sup>3</sup> “Restoring nature so indigenous species can thrive requires new tools and technologies,” minister of conservation Eugenie Sage said. “Drones have the potential to be a game-changer.” ROY, E. A. Poison-laden drones to patrol New Zealand wilderness on the hunt for invasive pests. **The Guardian**. 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2020/mar/14/poison-laden-drones-to-patrol-new-zealand-wilderness-hunt-pests-aoe>> Acesso: 04/05/2021.

<sup>4</sup> O termo praga utilizado pelo autor faz referências aos animais considerados exóticos invasores.

<sup>5</sup> *Ibid*. “My dream is that one day we’ll have artificial intelligence devices that will detect the presence of a pest somewhere that will automatically link to a messaging service that will send a drone out - wouldn’t that be great?”

Existem vários problemas que poderiam ser apontados em relação a esses dois argumentos. As implicações que surgem do primeiro argumento, que, aparentemente, tenta defender que todo e qualquer uso de tecnologia deva ser rejeitado independentemente das metas que se pretenda alcançar, não parecem ser aceitáveis. Um cenário em que pacientes com câncer ou vítimas de um incêndio deixem de receber atendimento médico porque tratá-las envolveria o uso de medicamentos, meios de transporte, energia elétrica ou outras tecnologias, não parece ser algo razoável e, muito provavelmente, não é o que os proponentes do argumento têm em mente quando defendem uma posição contrária ao uso de tecnologia. A posição defendida parece ser a de que não devemos usar tecnologia apenas quando os beneficiados pela ação forem animais não humanos vítimas de danos naturais. Mas nesse caso, os proponentes do argumento ainda precisariam explicar porque defendem utilizar a tecnologia para beneficiar humanos e alcançar metas ambientalistas, e se opõem quando as vítimas são animais selvagens. A posição assumida parece não ser contrária ao uso de tecnologia, apenas extremamente seletiva quanto aos que devem ser beneficiados.

Defender que não devemos fazer algo porque fazê-lo não seria natural também é problemático, uma vez que muitas das ações que consideramos corretas não seriam naturais (por exemplo, um médico que trata de pacientes com malária ou febre amarela) e, conseqüentemente, teriam de ser rejeitadas. Por outro lado, ações que consideramos hediondas, como, estupro e infanticídio, teriam de ser defendidas, segundo essa visão, porque ocorrem naturalmente na natureza. Na verdade, o mero fato de algo ser natural, por si só, não justifica nada (MILL, 1904, p. 7-33; RACHELS; RACHELS, 2012, p. 44-58). O processo de justificativa em ética consiste em oferecer razões - e o fato de algo ser natural não é uma razão para pensarmos que isso seja moralmente justo, correto ou bom. Muito provavelmente, a posição confunde os supostos benefícios que uma vida mais natural, longe da poluição dos grandes centros urbanos possa ter na vida de humanos, com aquilo que é melhor para os animais na natureza. No entanto, os humanos que defendem este estilo de vida mais natural também dependem do uso de tecnologia, apenas optam por usá-la da maneira que lhes garanta um maior nível de bem-estar. Os animais na natureza, por outro lado, na grande maioria das vezes, levam vidas repletas de experiências negativas que lhes causam enorme dor e sofrimento, e se beneficiariam de maneira significativa caso humanos investissem em soluções tecnológicas para minimizar os danos naturais de que padecem.

Os limites da tecnologia atual também não parecem ser encarados pelos ambientalistas como uma justificativa para que abandonem qualquer tentativa de intervir na natureza para tentar preservar as entidades naturais que valorizam (como determinadas espécies e ecossistemas), ao contrário do que é afirmado em relação às intervenções que visam minimizar danos naturais por preocupação com

o bem dos próprios animais. Ambientalistas encaram estes limites impostos pelo conhecimento atual como uma justificativa para que mais recursos sejam investidos em projetos que desenvolvam novas tecnologias, e optam, no meio-tempo, por intervir da melhor maneira possível com os recursos que temos à disposição. No entanto, agir com cautela ou investir em novas tecnologias mais seguras são estratégias que podem ser adotadas por metas distintas, incluindo uma meta centrada na preocupação em garantir o bem dos próprios animais.

Ao que tudo indica, a oposição em relação às intervenções que visam ajudar animais selvagens vítimas de danos naturais por preocupação com o bem dos próprios indivíduos, não se deve aos métodos que seriam necessários para intervir, mas às metas que se pretende alcançar. Uma prova disso é que estes já estão sendo empregados em outras intervenções que beneficiam humanos ou que promovem a preservação de entidades não sencientes (espécies, ecossistemas etc.). Ou seja, o uso de tecnologias e o controle sobre a natureza são rejeitados quando a meta é a preocupação com o bem dos animais, e são aceitos quando a meta é antropocêntrica ou ambientalista.

### **Intervenções ambientalistas e o sofrimento animal**

Assim como a aversão ao uso da tecnologia é trazida à tona não como uma preocupação real, mas como uma tentativa de rejeitar propostas que tenham como meta garantir o bem dos animais na natureza, por vezes acontece o contrário: a preocupação com o bem dos animais é mencionada, mas não como uma preocupação real, e sim como uma tentativa de fazer com que as propostas que visam realizar metas ambientalistas (muitas delas prejudiciais aos animais) sejam aceitas.

Situações em que animais selvagens são vítimas de predadores exóticos invasores, tais como ratos, camundongos, gambás e gatos ferais<sup>6</sup>, são exemplos em que o sofrimento da vítima, no caso o animal que está sendo predado, é utilizado como pretexto para se alcançar metas ambientalistas - metas que não tem como preocupação o bem dos animais afetados pela predação, mas por exemplo, manter o ecossistema em um estado valorizado pelo ambientalismo. Assim, antes de analisarmos um caso envolvendo animais que são considerados membros de espécies invasoras, é importante esclarecer quais estados são valorizados no ambientalismo e como isso se diferencia da maneira como o meio ambiente é valorizado pelas visões centradas na sciência.

---

<sup>6</sup> Gatos e outros animais domésticos que habitam ambientes naturais e não dependem dos cuidados humanos para se alimentar e sobreviver. ICMBIO. **Guia de orientação para o manejo de espécies exóticas invasoras em Unidades de Conservação Federais**. 2019. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/cbc/guia-de-orientacao-para-o-manejo-de-especies-exoticas-invasoras-em-unidades-de-conservacao-federais.html>> Acesso: 25/05/2021

Nas visões ambientalistas são as próprias entidades naturais não sencientes (por exemplo espécies, ecossistemas, processos naturais etc.) que recebem consideração moral direta (FARIA; PAEZ, 2019) – e essa é uma diferença importante em relação às visões cujo centro de preocupação moral são indivíduos sencientes. Nas visões centradas no bem de indivíduos sencientes, como as visões centradas na sciência e antropocêntrica, o meio ambiente é considerado apenas indiretamente - ou seja, enquanto recurso para os indivíduos sencientes que vivem nele (já que o bem desses indivíduos é o que realmente importa nessas visões). Essa é uma diferença teórica que tem implicações práticas importantes, em especial, devido à maneira como esses dois tipos de visões (ambientalistas e centradas no bem de indivíduos sencientes) prescrevem manter o meio ambiente. Se nas visões centradas na sciência e antropocêntricas o meio ambiente deve ser mantido da maneira que mais beneficie os indivíduos sencientes (humanos e não humanos), no ambientalismo o meio ambiente deve ser mantido da maneira que é mais valorizado, independentemente do valor instrumental que isso possa ter para os seres sencientes afetados – ou seja, independentemente de isso ser benéfico, prejudicial ou indiferente ao bem desses indivíduos (CUNHA, 2022, p.173). Em razão disso, os critérios utilizados no ambientalismo para avaliar quais estados são mais valiosos (apesar de poderem variar dependendo do tipo de visão ambientalista que estiver sendo defendida) não são critérios que visam garantir o bem dos indivíduos sencientes (por exemplo, dos animais não humanos que vivem em determinados ecossistemas e/ou que são membros de determinadas espécies). Para clarificarmos essa diferença, vejamos alguns exemplos de critérios comumente utilizados por ambientalistas para avaliar quais os estados mais valiosos.

No ambientalismo holista, defendido por autores como Callicott (1992; 2000), Leopold (2000), Naess (1989; 1999) e Rolston (1999), as entidades naturais que recebem consideração moral direta são totalidades, como espécies e ecossistemas (e os indivíduos importam apenas indiretamente, enquanto componentes dessas totalidades). No entanto, normalmente não é toda e qualquer totalidade que é valorizada na perspectiva holista. As espécies e/ou ecossistemas tendem a ser valorizados com base em critérios como grau de raridade, presença de atributos estéticos, grau de complexidade etc. Assim, quando holistas defendem preservar uma espécie rara ou uma bela paisagem, não fazem isso por preocupação com o bem dos seres sencientes que são membros dessa espécie ou que fazem parte da composição da paisagem. Muito pelo contrário, fazem isso por preocupação com a manutenção das próprias totalidades “espécie” e “ecossistema”. Por exemplo, é comum que holistas defendam a restauração de ecossistemas para que a estética da paisagem volte a ser como era no passado, mesmo que isso resulte no sofrimento intenso e na morte de animais não humanos que habitam essas áreas (a seguir, veremos nesta seção um exemplo prático desse tipo de intervenção ambientalista).

Já no naturocentrismo, um outro tipo de visão ambientalista que é defendida por autores como Elliot (1997) e Katz (1992), o valor do meio ambiente tende a ser maior quanto menor for a influência humana, ou seja, quanto menor for o grau de transformação humana no ambiente. Nesse sentido, os ecossistemas mais valorizados no naturocentrismo tendem a ser aqueles intocados (ou pouco transformados) pelos humanos e as espécies mais valorizadas são também aquelas que se desenvolveram com pouca influência humana (como é o caso de muitas espécies que não foram domesticadas). Novamente, a noção de que deveríamos buscar manter ecossistemas e/ou espécies intocadas pelos humanos é completamente distinta e entra em conflito com a meta de manter o meio ambiente da maneira que mais beneficie os seres sencientes (por exemplo, em muitos casos precisaríamos fazer exatamente o contrário: intervir nos processos naturais para ajudar os animais sencientes que vivem em determinados ecossistemas e/ou que são membro de determinadas espécies)<sup>7</sup>.

Um terceiro tipo de ambientalismo, o biocentrismo, defendido por autores como Taylor (1986), Attfield (1987) e Goodpaster (1978), se caracteriza por considerar organismos vivos individualmente (por exemplo, plantas, fungos, animais não sencientes, animais sencientes, bactérias, protistas etc.) em vez de totalidades. Por vezes, além do critério da vida biológica, proponentes do biocentrismo também combinam esse critério com o critério naturocêntrico (TAYLOR, 1986). De qualquer maneira, a preservação de organismos vivos não sencientes é distinta e tende a entrar em conflito com a meta de garantir o bem dos seres sencientes (ÉTICA ANIMAL, 2021). Por conta disso, apesar de considerar indivíduos e não totalidades, o biocentrismo também não deve ser confundido com visões que tenham como meta garantir o bem dos seres sencientes.

Assim, com base no que foi argumentado até aqui, existem diferenças fundamentais entre as visões ambientalistas e as visões centradas na senciência. O ambientalismo prescreve a manutenção do meio ambiente não com base no benefício dos seres sencientes que o habitam, mas sim com base em como ele é valorizado dentro da perspectiva ambientalista. Vejamos agora um exemplo prático dessa oposição entre ambientalismo e consideração moral dos seres sencientes.

A remota ilha de Gonçalo Álvares, no Atlântico Sul, tem sido alvo de intervenções ambientalistas para envenenar camundongos que foram acidentalmente introduzidos por navegadores

---

<sup>7</sup> Na prática, no entanto, talvez essa oposição entre ambientalismo e a preocupação em reduzir/prevenir o sofrimento dos animais selvagens não seja tão grande quanto aparenta ser. Por exemplo, dado que a maioria dos ecossistemas naturais já tiveram algum tipo de influência humana, os proponentes do naturocentrismo não teriam porque se opor às intervenções que fossem conduzidas nesses locais – que hoje representam a esmagadora maioria dos ecossistemas da terra. O mesmo também parece ser válido, por razões distintas, em relação às demais visões ambientalistas. Essa questão é discutida em detalhes em Horta (2018).

no século XIX. Os camundongos estão interferindo na biodiversidade da ilha ao se alimentarem dos ovos e filhotes de espécies de aves nativas que fazem seus ninhos sobre o solo, como os do albatroz-de-tristão (*Diomedea dabbenena*). Atualmente, esta espécie conta com cerca de quatro mil indivíduos adultos na natureza (BIRDLIFE, 2018) o que é motivo de preocupação entre ambientalistas. Ao enfatizar a urgência de se exterminar os camundongos que foram introduzidos em Gonçalo Álvares, Alex Bond, curador do Museu de História Natural de Londres, no Reino Unido, e pesquisador da situação enfrentada pelas aves na ilha, descreve a situação da seguinte maneira:

É absolutamente chocante. (...) Nós observamos [cenas de] camundongos atacando filhotes de albatroz-de-tristão, em que os roedores comiam através da parede do corpo das aves, próxima à região da cauda, enquanto elas ainda estão vivas. Pode levar até quatro dias para que os filhotes morram.<sup>8</sup>

Evidentemente, a presença dos camundongos é motivo de muito sofrimento para os filhotes de aves que estão sendo predados na ilha. Entretanto, a predação sempre é negativa para as vítimas, independentemente de o predador ser de uma espécie exótica invasora ou nativa e independentemente de a qual espécie pertence a presa. A partir de uma perspectiva não especista, o interesse dos animais em não serem prejudicados, incluindo, é claro, o dos camundongos que estão sendo envenenados, deve receber igual consideração.

Uma possível objeção seria manter que é possível defender uma posição ambientalista sem ser especista. Por exemplo, alguém poderia apontar que tentar evitar que espécies sejam extintas não é necessariamente uma atitude especista. Com base nisso, os proponentes dessa objeção poderiam então alegar que o envenenamento de camundongos para preservar a biodiversidade da ilha não seria fruto do especismo. Entretanto, meramente apontar que algo é possível (ambientalistas não serem especistas) não é o mesmo que oferecer razões de que o envenenamento de determinados seres sencientes para preservar a biodiversidade não seja um caso de especismo e, muito menos, que as formas mais comuns de ambientalismo não estejam subordinadas ao especismo antropocêntrico. Na verdade, parecem haver fortes razões que apontam o contrário: essas intervenções parecem só ser defendidas por causa do especismo e as formas mais comuns de ambientalismo são especistas. Vejamos porquê.

De fato, é possível defender uma visão ambientalista que não seja especista. O ambientalismo é uma visão normativa que enxerga determinadas entidades não sencientes (espécies, ecossistemas,

---

<sup>8</sup> No original: “It is absolutely shocking. We’ve observed mice attacking Tristan albatross chicks, where the rodents will eat through the body wall near the rump of the bird while they are still alive. It can take up to four days for the chicks to die.” DAVIS, Josh. Gangs of mice are eating seabird chicks alive on a remote Atlantic island. **Natural History Museum**, 2018. Disponível em: <https://www.nhm.ac.uk/discover/news/2018/october/gangs-of-mice-are-eating-seabird-chicks-alive-on-a-remote-atlantic-island.html>. Acesso em: 26/05/2021.

biodiversidade, processos naturais etc.) enquanto objeto de consideração moral direta - e a preservação dessas entidades, pelo menos em alguns casos, é mais importante do que garantir o bem dos seres sencientes (FARIA; PAEZ, 2019, p. 3). Há também, como vimos, diferentes tipos de ambientalismo. As diferentes visões ambientalistas podem divergir quanto ao critério de consideração moral (quais objetos fazem parte da comunidade moral) e quanto ao critério de estatura moral (qual o grau de consideração que cada objeto recebe dentro da comunidade moral). Já o especismo é uma forma de discriminação análoga ao racismo e ao sexismo (HORTA; ALBERSMEIER, 2020). O especismo pode ser definido como:

[...] a consideração ou tratamento injustificado e comparativamente pior daqueles que não são classificados como pertencentes a uma determinada espécie (ou grupo de espécies) cujos membros são favorecidos, ou que são classificados como pertencentes a uma determinada espécie (ou grupo de espécies) cujos membros são desconsiderados (HORTA; ALBERSMEIER, 2020, p. 4)

De maneira resumida, o especismo é a discriminação contra os indivíduos que não pertencem à determinadas espécies. Uma das formas mais comuns de especismo é o especismo antropocêntrico: a discriminação - isto é, o tratamento desfavorável injusto - contra aqueles que não pertencem à espécie humana (FARIA; PAEZ, 2014).

Portanto, defender uma visão ambientalista não é, por definição, especismo. Entretanto, são raras as visões que adotam o critério ambientalista de consideração moral sem subordinar esse critério ao critério antropocêntrico (CUNHA, 2021, p. 139-140). Normalmente, as visões ambientalistas também consideram os humanos diretamente - e o bem dos humanos é mais importante do que a preservação de qualquer entidade não senciente que também for objeto de consideração moral direta nessas visões, como determinada espécie rara, por exemplo. Essa versão de ambientalismo em que o bem dos humanos é considerado em maior grau é defendida, por exemplo, por Callicott (1992, p. 146-147; 2000, p. 211), Leopold, (2000, p. 135), Næss (1989, p. 167, 170; 1999, p. 148; Varner (1991, p. 177), Warren (2000, p. 228) e Wenz (1998, p. 308).

Ao tornarem o critério antropocêntrico o critério principal, os proponentes dessas visões evitam ter de aceitar implicações que seriam consideradas inaceitáveis caso o bem dos humanos importasse em um grau menor do que a preservação de espécies, ecossistemas, processos naturais ou qualquer outra entidade natural moralmente considerada nas visões ambientalistas. Por exemplo, a maioria das pessoas consideraria hediondo matar humanos para preservar uma espécie rara ou para evitar que um ecossistema seja alterado. Além disso, é amplamente reconhecido que as razões para se prevenir/minimizar o sofrimento e as mortes de indivíduos humanos não dependem de sabermos se a espécie humana é nativa ou invasora em determinada área, se está em risco de extinção, se desempenha alguma função ecológica importante etc. Por exemplo, seria absurdo alegar que o

sofrimento humano não importa (ou importa menos) porque a espécie humana não é uma espécie rara e não está em risco de extinção.

Entretanto, dado que o especismo é injustificado, se é errado prejudicar gravemente indivíduos humanos para alcançar metas ambientalistas, é igualmente errado fazer isso quando os indivíduos afetados forem animais não humanos sencientes. O especismo antropocêntrico é injustificado porque a senciência é uma condição suficiente e necessária para a consideração moral direta plena (FARIA; PAEZ, 2014).

É esse o ponto que está sendo evidenciado aqui: não é que envenenar os indivíduos de uma população para preservar uma espécie rara seja necessariamente especismo – até porque é possível defender isso em relação a todos os indivíduos sencientes, independentemente de espécie, ou seja, defender exterminar humanos e não humanos. A questão aqui é: os que defendem exterminar indivíduos sencientes para preservar uma espécie rara também defendem isso quando os indivíduos são humanos? Evidentemente que não é isso o que os proponentes desse tipo de intervenção defendem. Contudo, se isso é assim, então isso se caracteriza como uma forma de especismo antropocêntrico: os interesses básicos de indivíduos sencientes não humanos (como o interesse em não sofrer e em não morrer) recebem um peso menor do que os interesses de níveis similares de indivíduos humanos. É importante ressaltar também que o especismo não acontece somente quando alguém é totalmente desconsiderado, mas toda vez que alguém recebe injustamente um tratamento ou consideração que é comparativamente pior. Logo, não basta dar *alguma* consideração moral aos animais não humanos para uma posição (ou uma intervenção defendida a partir de uma posição normativa) não ser especista - é preciso também rejeitar critérios arbitrários de estatura moral. A forma mais comum de ambientalismo cria uma hierarquia em que o bem dos humanos importa mais do que a preservação de entidades não sencientes (espécies, ecossistemas, processos naturais etc.) e essas entidades por sua vez importam mais do que o bem dos animais não humanos sencientes. Assim, ao contrário do que muitos poderiam pensar, as formas mais comuns de ambientalismo são, na verdade, uma instância do especismo antropocêntrico<sup>9</sup> (CUNHA, 2021, p. 141).

---

<sup>9</sup> Isso não quer dizer que o especismo é o único problema com as posições ambientalistas. Poderíamos ainda questionar a própria noção de que entidades não sencientes (como espécies e ecossistemas) seriam dignas de consideração moral direta. Além disso, mesmo que alguém defenda um versão não especista de ambientalismo - dando um peso maior (ou peso somente) às entidades não sencientes do que ao bem de todos os seres sencientes (humanos e não humanos) - ainda não está claro como isso poderia ser moralmente justificado. Por exemplo, porque o sofrimento de um bebê humano ou de um animal não humano deveria receber um peso menor do que a manutenção de alguma entidade natural não senciente - que não pode ser beneficiada e/ou prejudicada - como uma espécie, por exemplo? Igualmente questionável seria defender que a única coisa que importa são entidades naturais não sencientes. Nesse caso o sofrimento de um bebê humano ou outro animal senciente não humano importaria apenas indiretamente, na medida em que fosse

Em resumo, se é injusto dar uma consideração menor ao bem de indivíduos humanos por pertencerem a uma espécie que é abundante, invasora e/ou que atrapalha a preservação da biodiversidade, é igualmente injusto discriminar animais não humanos por pertencerem a espécies que tenham essas características: como é o caso dos camundongos que foram introduzidos na ilha.

Na natureza, é comum que animais sejam comidos vivos por seus predadores (ÉTICA ANIMAL, 2016a), mas raramente isso é motivo de preocupação entre ambientalistas. Normalmente, a predação, assim como outras disputas pelas quais animais prejudicam uns aos outros, tendem a ser valorizadas pelo ambientalismo devido ao papel que cumprem na manutenção do meio ambiente. Os camundongos, entretanto, não fazem parte da fauna nativa da ilha, e sua presença atrapalha a conservação da biodiversidade e demais metas ambientalistas. Essa é a verdadeira razão pela qual a predação praticada por camundongos é condenada pelos ambientalistas, e não por causar sofrimento às presas, como é dito.

O sofrimento das aves parece ser mencionado porque os camundongos não são seus predadores naturais e, principalmente, porque é do interesse dos ambientalistas que as espécies nativas não sejam extintas. Mas, em um cenário hipotético, no qual albatrozes-de-tristão não estivessem em vias de se extinguir e fossem comidos vivos por algum tipo de predador nativo daquele local, dificilmente seu sofrimento sequer seria mencionado.

Apesar de, por vezes, mencionar o sofrimento causados pelos animais que serão exterminados, intervenções ambientalistas em situações envolvendo animais considerados exóticos invasores têm como meta restaurar características do ecossistema que acabam sendo modificadas com a chegada desses animais, o que é diferente de se tentar minimizar ou prevenir o sofrimento dos animais nativos que são afetados pela predação. Evitar com que animais nativos sejam prejudicados por espécies exóticas invasoras, nesses casos, é apenas uma consequência de se tentar preservar certas características do meio ambiente, uma vez que as espécies das quais estes animais nativos são membros constituem uma característica muito importante do ecossistema na visão ambientalista. Como observa Cunha (2021, p. 135), na maioria das visões ambientalistas, o bem dos animais sencientes tende a ser visto como algo que importa apenas indiretamente, dependendo do quão útil for para a preservação das entidades não sencientes que são valorizadas por essas visões. Ou seja, reduzir os danos para os animais só é uma preocupação dos ambientalistas quando fazê-lo ajuda a atingir outras metas, que não o próprio benefício para os animais.

---

instrumentalmente positivo/negativo para a promoção das metas defendidas pelo ambientalismo. Assim, mesmo quando defendido de uma maneira não especista, o ambientalismo enquanto visão normativa é ainda altamente questionável e parece que deve ser rejeitado. Para um exemplo de uma versão não especista de ambientalismo, ver Linkola (2009). Para críticas ao ambientalismo ver: Cunha (2021, p. 141-142).

Mencionar o sofrimento dos animais pode fazer com que intervenções ambientalistas para conservar a biodiversidade (como as intervenções para exterminar animais exóticos que predam animais de espécies nativas), sejam confundidas com uma intervenção que tenha como meta ajudar os animais por preocupação com o bem-estar dos próprios indivíduos afetados. Também pode contribuir para criar a falsa impressão de que seria esta a única intervenção possível para que a grande maioria dos animais pudesse ser beneficiada. Exterminar animais exóticos invasores, apesar de lamentável, seria, nesses casos, algo inevitável segundo os que defendem essa posição.

Provavelmente, mencionar o sofrimento de animais selvagens para defender entidades não sencientes, que são incapazes de terem experiências negativas e/ou positivas, como espécies e ecossistemas, pode servir para melhorar a aceitação das intervenções ambientalistas que envolvem a matança de animais exóticos invasores carismáticos, como raposas, ouriços-terrestres e cavalos (CROWLEY et al., 2017); ou que dependem do uso de veneno, como rodenticida, e outros métodos que são impopulares (MARRIS, 2018).

Apesar de apelarem ao sofrimento dos animais que são prejudicados pela predação por membros de espécies exóticas invasoras, os próprios ambientalistas defendem a predação e outros eventos danosos para os animais (doenças, parasitismo, condições meteorológicas extremas etc.), e todo o sofrimento que resulta disso quando esses eventos contribuem para que certos aspectos do meio ambiente permaneçam inalterados, ou então, para que características que foram perdidas possam ser restauradas.

Reintroduzir predadores em locais onde deixaram de existir, por exemplo, é uma maneira pela qual ambientalistas tentam recriar paisagens do passado, muitas vezes, porque as consideram esteticamente valiosas. Este tipo de intervenção extremamente danosa aos interesses dos animais cria o que é conhecido por ambientalistas como “ecologia do medo” (HORTA, 2017). O nome faz alusão ao efeito que a presença do predador tem sobre as suas presas. Além de reduzir o número de herbívoros que se alimentam de espécies de plantas que são importantes na composição da paisagem, a introdução do predador também faz com que, mesmo aqueles que não são predados, deixem de se alimentar em locais abertos, onde podem ser vistos com maior facilidade. O terror que se instala com a chegada do predador é tanto, que a dieta dos herbívoros é empobrecida drasticamente, muitas vezes, fazendo com que os mesmos morram de inanição. Doenças e temperaturas extremas também surtem um efeito maior nesses animais que ficam enfraquecidos pela falta de alimento. A maneira como as presas evitam a todo custo serem vistas pelos predadores, preferindo, muitas vezes, permanecerem escondidas e morrerem de fome do que se arriscarem para conseguir alimento, faz com que a vegetação que seria consumida cresça e modifique a paisagem. A mudança ocasionada pela

diminuição da pastagem pode ser desejada pelos ambientalistas porque contribui com metas como o aumento de biodiversidade, ou porque é, na opinião de alguns, esteticamente mais agradável.

No parque de Yellowstone, nos Estados Unidos, por exemplo, cerca de 30 lobos (*Canis lupus europeus*) trazidos do Canadá foram reintroduzidos por ambientalistas na década de noventa, com o intuito de controlar a população de cervos (*Cervus canadensis*) do parque (HORTA, 2017). Desde que o lobo, seu principal predador, havia sido extinto por caçadores, a população de cervos aumentou significativamente, e o efeito da pastagem pôde ser percebido na paisagem do parque. Os cervos, que gozavam de maior liberdade na ausência dos lobos, estavam contribuindo com o envelhecimento de árvores nativas, como álamo e salgueiro, ao consumirem seus brotos e impedirem que novos descendentes dessas árvores pudessem crescer. Por esse motivo, ambientalistas resolveram reintroduzir os lobos para diminuir a população de cervos e, principalmente, fazer com que o medo do predador os forçasse a não se alimentarem nos campos, onde cresciam os brotos de álamo e salgueiro. A presença do predador foi tão negativa para os cervos que a modificação na paisagem pôde ser percebida em poucos anos, razão pela qual foi considerada um sucesso e celebrada por muitos ambientalistas (RANDALL, 2020).

A maneira como as presas foram prejudicadas com a decisão de reintroduzir os predadores é muito evidente. Ao que tudo indica, a experiência de serem vítimas de seus predadores que, frequentemente as comem vivas, é tão negativa que preferem morrer lentamente de fome. Ainda assim, muitos poderiam pensar que ao menos os lobos foram beneficiados com a reintrodução. No entanto, além de sofrerem com todo tipo de dano natural, como qualquer outro animal selvagem, desde que foram reintroduzidos têm sido vítimas de um ectoparasita causador da sarna (ANDRÉ, 2017; ALMBERG et al., 2012). A doença, que muitas vezes pode ser letal, tem sido motivo de grande sofrimento para esses animais. Durante o inverno os lobos parasitados muitas vezes morrem de frio, devido à maneira como a sarna faz cair a sua pelagem.

Criar uma situação em que animais sencientes morram enfraquecidos pela fome e pelo frio, ou comidos vivos por predadores, por exemplo, para tornar uma paisagem mais agradável de se contemplar, certamente seria considerado um absurdo caso as vítimas fossem animais da espécie humana. Entretanto, muitas intervenções para se alcançar metas ambientalistas fazem exatamente isso com animais selvagens. Os interesses mais básicos dos cervos, lobos e outros animais não humanos, em não sofrerem ou terem suas vidas encerradas de maneira prematura são ignorados para que se satisfaçam interesses humanos não vitais ou até mesmo triviais, tal como o interesse em se observar uma bela paisagem.

## **As metas ambientalistas coincidem com o que é melhor para os animais?**

Uma outra maneira pela qual ambientalistas tentam se opor às propostas que tenham como meta melhorar a situação dos animais selvagens vítimas de danos naturais é defendendo, o que supostamente seriam, os interesses dos próprios animais.

Frequentemente, este tipo de objeção se dá através da defesa do que seriam, alegadamente, as melhores consequências para a maioria dos animais selvagens. Nesse sentido, é defendido que intervenções para alcançar metas ambientalistas, e não aquelas centradas na preocupação com o bem dos próprios animais, atingiriam as melhores consequências. Segundo os proponentes dessa objeção, aqueles que se preocupam com o bem-estar dos animais selvagens deveriam defender intervenções ambientalistas, como a restauração de ecossistemas, porque, apesar de prejudicial para alguns animais, tais com lobos, cervos e “invasores”, fazê-lo criaria as melhores condições para a maioria.

Manter o meio ambiente da maneira como é defendida por ambientalistas, que valorizam processos naturais extremamente nocivos aos interesses dos animais selvagens (como fome, sede e doenças), já seria difícil de aceitar caso quiséssemos atingir as melhores consequências para os próprios animais. Mas o principal problema com essa objeção centrada nas melhores consequências é a maneira como seus proponentes não apresentam nenhuma razão do porquê isso seria assim. É simplesmente assumido que um ambiente mantido da maneira como prega o ambientalismo seria melhor para os animais. O ônus da prova, portanto, recai sobre aqueles que fazem a afirmação de que manter o meio ambiente inalterado beneficia a maioria dos animais.

Existem fortes argumentos para considerarmos que o bem dos animais não humanos importa diretamente (CUNHA, 2021, p. 57 - 69). Se é assim, então, a alta prevalência do sofrimento entre animais selvagens (TOMASIK, 2009) que, na grande maioria das vezes, têm suas vidas encerradas de maneira prematura e violenta, faz com que tenhamos fortes razões para intervir na natureza. Se o meio ambiente sem a intervenção humana não é positivo para a maioria dos animais, mantê-lo dessa forma seria manter processos nocivos que lhes prejudicam, o que não parece ser uma boa consequência.

A afirmação de que metas ambientalistas coincidem com as melhores consequências para os próprios animais normalmente parte do pressuposto que intervir com o propósito de ajudá-los teria consequências indesejáveis. Por exemplo, poderia ser apontado pelos que defendem uma posição ambientalista que intervir em processos que vitimizam animais na natureza (por exemplo, livrando-os de parasitas) faria com que algumas populações crescessem de maneira descontrolada, esgotando os recursos dos quais dependem para sobreviver e piorando ainda mais a sua própria situação.

Entretanto, como observa Cunha (2018, p. 336 - 337), essas consequências negativas somente decorreriam de intervenções mal planejadas. Há diversos exemplos de intervenções bem sucedidas na natureza, realizadas pelos próprios ambientalistas, que beneficiam animais indiretamente, tais como programas de vacinação (ROBINSON et al., 2018), tratamento de doenças (JAMRIŠKA et al., 2013), e controle de natalidade (GRAY; CAMERON, 2010; ANSARI et al., 2017). Apesar de a grande maioria das intervenções que beneficiam animais ainda não serem realizadas por consideração com o seu próprio bem-estar, mas para que sejam alcançadas outras metas, como evitar com que espécies raras sejam extintas, ainda assim, são extremamente positivas. A vida dos animais que são vacinados, por exemplo, é tremendamente melhor do que a que teriam caso não tivessem sido beneficiados com o programa de vacinação. Sendo assim, parece que devemos rejeitar a objeção centrada na preocupação com as melhores consequências e promover intervenções cuidadosamente planejadas para beneficiar animais selvagens por preocupação com o seu próprio bem-estar.

A liberdade dos animais também é frequentemente mencionada pelos que se opõem às propostas que tenham como meta ajudá-los, alegando que intervindo na predação e demais formas pelas quais animais são prejudicados, estaríamos infringindo a sua liberdade.

Por exemplo, Marc Bekoff, professor emérito de ecologia e biologia evolutiva da Universidade do Colorado, em Boulder, nos Estados Unidos, defende que: “Animais devem ser livres para serem quem eles são (...) A morte faz parte da vida na natureza. Sinto muito pelos que nascem como presas, mas é assim que as coisas são”<sup>10</sup>.

Apesar de defenderem que os animais devem ser livres, dando a entender que estariam preocupados com o seu bem-estar, não está claro porque os animais prefeririam sofrer e ter mais liberdade do que serem beneficiados por intervenções humanas. Além disso, intervir para curá-los de doenças e lesões, por exemplo, não diminuiria sua liberdade, muito pelo contrário: os animais beneficiados com as intervenções ainda poderiam ser livres para serem o que quiserem, só que com menos sofrimento. Não ajudá-los por outro lado, faz com que não possam ser nada, muito menos exercer sua liberdade, porque morrem de maneira prematura ou nascem apenas para sofrer intensamente.

Há também um problema adicional maior na fala de Bekoff contrária à proposta de intervir para ajudar animais. O problema consiste em tentar prescrever que devemos manter certas coisas somente porque essas coisas já acontecem. Esse salto de como as coisas são para como devem ser é

---

<sup>10</sup> “Animals need to be free to be who they are,” says Bekoff. “Death begets life in nature. I am sorry if you are born a prey species but that’s the way it is.” WILKINSON, Todd. **To Rescue or Not, That is the Question With Distressed Animals**, 2016. Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.com/news/2016/05/160523-when-to-rescue-wild-animals/>> Acesso 30/05/2021.

prontamente reconhecido como injustificável quando as vítimas são humanas. Basta tentar justificar ações humanas com base na maneira como o mundo é para que fique evidente. Por exemplo, guerras e violência sexual são descrições de formas pelas quais humanos prejudicam uns aos outros hoje e desde sempre, mas isso não significa que essas sejam ações corretas ou que tenhamos razões para mantê-las no futuro. E, principalmente, o fato de algo acontecer (mesmo que aconteça devido aos processos naturais) não mostra que esse algo tenha valor. Doenças e desastres naturais, por exemplo, acontecem e são parte de como “as coisas são”. Entretanto, isso não parece fazer com que sejam coisas boas.

Dado o que foi argumentado acima, assim como a objeção que apela ao sofrimento dos animais selvagens para rejeitar propostas que tenham como meta ajudá-los, as que se baseiam em uma preocupação com as melhores consequências ou em garantir sua liberdade, também parece que devem ser rejeitadas.

### **Considerações finais**

A alta prevalência do sofrimento dos animais que vivem nos ambientes naturais faz com que tenhamos fortes razões para intervir e minimizar os danos naturais de que padecem. Recursos atualmente destinados para alcançar metas ambientalistas poderiam ser realocados para desenvolver novas maneiras de ajudá-los com mais eficiência. Adotando uma meta centrada na preocupação com o bem dos próprios animais também poderíamos expandir intervenções que atualmente são praticadas com propósitos ambientalistas ou antropocêntricos que acabam beneficiando animais indiretamente, como programas de vacinação de espécies ameaçadas, para que cada vez mais indivíduos possam ser beneficiados. O uso de tecnologia é fundamental para que isso aconteça e deve ser encorajado para que mais animais possam ser beneficiados no futuro. A oposição quanto ao uso de tecnologia para intervir na natureza com o propósito de ajudar animais selvagens não se sustenta na prática, uma vez que o uso já é amplamente aceito para alcançar outras metas, e parece ser utilizada como estratégia retórica para que intervenções em prol dos animais sejam rejeitadas.

Há também uma falsa preocupação em relação ao sofrimento dos animais por parte de ambientalistas que parece servir estrategicamente para alcançar as metas que defendem. Apesar de, por vezes, alegarem que estariam contribuindo para atingirmos as melhores consequências, as metas defendidas por ambientalistas não coincidem com o que é melhor para a maioria dos animais selvagens. Tampouco, podem garantir que sejam mais livres do que seriam caso humanos intervissem para minimizar os danos naturais de que padecem.

É preciso que o interesse dos animais selvagens deixe de ser explorado para alcançar metas ambientalistas e que sejam defendidas propostas que tenham como meta garantir o bem dos próprios animais. Até que isso aconteça, intervenções extremamente prejudiciais aos seus interesses, como o extermínio em massa daqueles considerados invasores e a reintrodução de predadores para restaurar ecossistemas, continuarão sendo erroneamente interpretadas como positivas para a maioria dos animais. O ambientalismo e a defesa da consideração moral direta plena dos animais não humanos são posições completamente diferentes.

### Referências bibliográficas

- ADAMS, W. Geographies of conservation II: Technology, surveillance and conservation by algorithm. *Progress in Human Geography* 43(2): 337–350, 2019.
- ALMBERG E., CROSS P., DOBSON A., SMITH D., HUDSON P. Parasite invasion following host reintroduction: A case study of Yellowstone’s wolves. *Philos. Trans. R. Soc. Lond. B Biol. Sci.* 367, 2840–2851, 2012.
- ANDRÉ, L. 20 anos de “ecologia do medo”: lobos em Yellowstone estão doentes. 2017. Disponível em <https://olharanimal.org/20-anos-de-ecologia-do-medo-lobos-em-yellowstone/>. Acesso: 04/05/2021
- ANSARI, A.S.; BADAR, A.; LOHIYA, N.K. Fertility Control Modalities in Animals: An Overview. *BAOJ Veterinary Science*, vol. 1, n.1. 2017.
- ATTFIELD, R. Biocentrism, Moral Standing and Moral Significance. *Philosophica*, [s.l.], v. 39, p. 47-58, 1987
- BIRDLIFE INTERNATIONAL. *Diomedea dabbenena*. *The IUCN Red List of Threatened Species*, 2018. Disponível em: <https://www.iucnredlist.org/species/22728364/132657527> Acesso em 20/11/21.
- CALLICOTT, J. B. Moral Considerability and Extraterrestrial Life. In: HARGROVE, E. (org.). *The Animal Rights/Environmental Ethics Debate: The Environmental Perspective*. Albany: State University of New York, 1992, p. 137-50.
- CALLICOTT, J. B. The Land Ethic. In: JAMIESON, D. (org.). *A Companion to Environmental Philosophy*. Oxford: Blackwell, 2000. p. 204-17.
- CROWLEY, S. L.; HINCHLIFFE, S.; MCDONALD, R. A. REVIEWS. Conflict in invasive species management. *Frontiers in Ecology and the Environment*, vol. 15, n.3, p. 133-141, 2017.
- CUNHA, L. *Vítimas da natureza: implicações éticas dos danos que os animais não humanos padecem em decorrência dos processos naturais*. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- CUNHA, L. *Uma breve introdução à ética animal: desde as questões clássicas até o que vem sendo discutido atualmente*. 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2021.

- CUNHA, L. *Razões para ajudar: o sofrimento dos animais selvagens e suas implicações éticas*. 1ed. Curitiba: Appris, 2022.
- ELLIOT, R. *Faking Nature: The Ethics of Environmental Restoration*. New York: Routledge, 1997.
- ÉTICA ANIMAL. Condições meteorológicas e os animais. *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 2015. Disponível em: <https://www.animal-ethics.org/condicoes-meteorologicas-e-os-animais-nao-humanos/> Acesso: 20/04/2021
- ÉTICA ANIMAL. Desnutrição, fome e sede em animais selvagens. *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 2015a. Disponível em: <https://www.animal-ethics.org/animais-na-natureza/a-situacao-dos-animais-na-natureza/subnutricao-sede-animais-selvagens/> Acesso: 20/04/2021
- ÉTICA ANIMAL. Doenças na natureza. *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 2016. Disponível em: <https://www.animal-ethics.org/animais-na-natureza/a-situacao-dos-animais-na-natureza/doencas-natureza/> Acesso: 20/04/2021
- ÉTICA ANIMAL. Antagonismos na natureza: conflitos interespecíficos. *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 2016a. Disponível em: <https://www.animal-ethics.org/animais-na-natureza/a-situacao-dos-animais-na-natureza/conflitos-interespecificos/> Acesso: 20/04/2021
- ÉTICA ANIMAL. Lesões físicas em animais selvagens. *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 2016b. Disponível em: <https://www.animal-ethics.org/lesoes-fisicas-em-animais-selvagens/> Acesso: 20/04/2021.
- ÉTICA ANIMAL. Antagonismos na natureza: conflitos intraespecíficos. *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 2020. Disponível em: <https://www.animal-ethics.org/animais-na-natureza/a-situacao-dos-animais-na-natureza/conflitos-intraespecificos/> Acesso: 20/04/2021.
- ÉTICA ANIMAL. Por que devemos dar consideração moral a seres sencientes em vez de seres vivos. *Ética Animal: ativismo e investigação em defesa dos animais*, 2021. Disponível em: <https://www.animal-ethics.org/por-que-devemos-dar-consideracao-moral-a-seres-sencientes-em-vez-de-seres-vivos/>. Acesso em: 20/06/2023.
- FARIA, C; PAEZ, E. Anthropocentrism and speciesism: conceptual and normative issues. *Rev. Bioética y Derecho*, Barcelona, n. 32, p. 95-103, 2014.
- FARIA, C.; PAEZ, E. It's Splitsville: Why Animal Ethics and Environmental Ethics Are Incompatible. *American Behavioral Scientist*, v. 63, n. 8, p. 1047–1060, 2019.
- GRAY, M. E.; CAMERON, E. Z. Does contraceptive treatment in wildlife result in side-effects? A review of quantitative and anecdotal evidence. *Reproduction*, vol. 139, n.1, p. 45–55. 2010.
- GOODPASTER, K. E. On Being Morally Considerable. *Journal of Philosophy*, [s.l.], v. 75, p. 308-25, 1978.
- HORTA, O. Concern for wild animal suffering and environmental ethics: what are the limits of the disagreement? *Les ateliers de l'éthique / The Ethics Forum*, v. 13, n. 1, p. 85-100, 2018.

- HORTA, O. Contra a ética da ecologia do medo: Por uma mudança nos objetivos de intervenção na natureza. *Ethic@*. Florianópolis-SC, Brasil, v. 16, n. 1, p. 165-188. 2017, tradução de Lara André. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2017v16n1p165/34752> Acesso: 04/06/2021.
- HORTA, O.; Albersmeier, F. Defining speciesism. *Philosophy Compass*, 15(11), p. 1-9, 2020.
- JAMRIŠKA J, LAVILLA LA, THOMASSON A, BARBON AR, LOPÉZ JF, MODRY D. Treatment of atoxoplasmosis in the blue-crowned Laughing Thrush (*Dryonastes courtoisi*). *Avian Pathology*, vol. 42 n.6 p. 569-571, 2013.
- KATZ, E. The Big Lie: Human Restoration of Nature. *Research in Philosophy and Technology*, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 231-241, 1992
- LEOPOLD, A. *Una ética de la tierra*. Madrid: Los libros de la Catarata, 2000.
- LINKOLA, P. *Can life prevail? A radical approach to the environmental crisis*. London: Integral Tradition Publishing, 2009.
- MARRIS, E. When Conservationists Kill Lots (and Lots) of Animals. *The Atlantic*. 2018. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/science/2018/is-wildlife-conservation-too-cruel> Acesso: 09/05/2021
- MILL, J. S. On Nature. In: MILL, J.S. *Nature, The Utility of Religion and Theism*. London: Rationalist Press Association, 1904, p. 07-33.
- NÆSS, A. An Answer to W.C. French: Ranking, Yes, But the Inherent Value is the Same. In: WITOSZEK, N.; BRENNAN, A. (org.). *Philosophical Dialogues: Arne Næss and the Progress of Ecophilosophy*. Oxford: Rowman and Littlefield, 1999. p. 146-49.
- NÆSS, A. *Ecology, Community and Lifestyle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- PIMM, S. et al. Emerging Technologies to Conserve Biodiversity. *Trends in Ecology and Evolution*, v. 30, n.11, p. 685-696, 2015.
- RACHELS, J.; RACHELS, S. *The Elements of Moral Philosophy*. 7a ed. New York: McGraw-Hill, 2012, p.44-58.
- RANDALL, C. A rewilding triumph: wolves help to reverse Yellowstone degradation. *The Guardian*, 25 jan. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/jan/25/yellowstone-wolf-project-25th-anniversary>. Acesso: 30/06/2021.
- ROBINSON, S. J. et al. Model recommendations meet management reality: implementation and evaluation of a network-informed vaccination effort for endangered Hawaiian monk seals. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*. vol. 285, n. 1870, 2018.
- ROLSTON III, H. Respect for life: counting what Singer finds of no account. In: JAMIESON, Dale (org.). *Singer and His Critics*. Oxford: Blackwell, 1999. p. 247-268.
- TAYLOR, P. *Respect for nature*. Princeton: Princeton University Press, 1986
- TOMASIK, B. *The Importance of Wild-Animal Suffering*. 2009. Disponível em: <https://longtermrisk.org/the-importance-of-wild-animal-suffering/> Acesso: 30/05/2021

VARNER, G. No Holism Without Pluralism. *Environmental Ethics*, [s.l.], v. 13, p. 175-79, 1991.

WARREN, M. A. *Moral Status: Obligations to Persons and other Livings Things*. Oxford: Oxford University Press, 2000

WENZ, P. S. *Environmental justice*. Albany: State University of New York Press, 1998.